

1 CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE  
2 ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA  
3 1991/1995  
4  
5  
6

7 Nos dias 03 e 04 de agosto de um mil novecentos e noventa e quatro, na sala de reuniões do Conselho Nacional de  
8 Saúde, realizou-se a Trigésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, do período de um mil  
9 novecentos e noventa e um a um mil novecentos e noventa e cinco. O Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Dr.  
10 Henrique Santillo, fez a abertura da reunião. Cumprimentou o Plenário e passou as seguintes informações: dia  
11 primeiro de agosto, teve início o programa de rádio "Saúde no AR", transmitido por quatrocentas emissoras AM, do  
12 Nordeste, tendo como tema principal a educação em saúde, e pretende até o final do ano, ampliá-lo para outras  
13 regiões; a Comissão Interministerial de Licitação para aquisição de produtos farmacêuticos e correlatos recebeu o  
14 projeto para hemoderivados, para unidades localizadas em São Paulo, Belo Horizonte e Recife. Informa ainda que no  
15 dia oito de agosto será implantado nos núcleos de saúde pública das universidades do Nordeste, o programa para  
16 formação de conselheiros em saúde. Passou-se em seguida a palavra para os conselheiros. **Conselheiro Aboim**  
17 relatou a situação crítica da Saúde no Rio de Janeiro e do orçamento para o Ministério da Saúde. Indagou ao Senhor  
18 Ministro se seria interessante o Conselho Nacional de Saúde iniciar um movimento com o objetivo de definir o  
19 orçamento para a Saúde. O Senhor Ministro considerou oportuna a proposta reforçando que esta deveria ser  
20 implementada imediatamente, tendo em vista a discussão atual sobre orçamento de 1995. Reiterou a necessidade de  
21 se aprofundar a discussão sobre financiamento para a Saúde e colocou-se à disposição para apoiar de todas as formas  
22 a iniciativa, inclusive apoio logístico. Reconheceu a dramaticidade da questão referente a repasse de recursos e  
23 informou que os quatrocentos milhões de Reais são para todo o seu custeio e investimento e que só com serviços  
24 prestados serão necessários seiscentos milhões de Reais/mês e para outras despesas mais duzentos milhões, ou seja,  
25 total mínimo de oitocentos milhões de Reais/mês. O Ministro afirmou que os governos estaduais precisam participar  
26 mais ativamente do custeio da Saúde e que os governos municipais têm aumentado a sua contribuição. Reconheceu  
27 que a tabela do SUS é baixa, a solução deverá ser negociada na área federal, de forma equilibrada. Sugeriu  
28 convocação de representantes das Misericórdias, FENAESS, FBH, CONASS, CONASEMS e Congresso Nacional  
29 para discutirem a proposta de sobrevivência até o final do ano e o orçamento 1995. O Coordenador Geral voltou a  
30 palavra aos conselheiros, mas antes cumprimentou os novos membros representantes das Misericórdias, da  
31 ABRAMGE e do Ministério do Trabalho e lamentou a impossibilidade da presença do representante do Ministério da  
32 Fazenda. A Conselheira **Rosemary** relatou as dificuldades vivenciadas pelos renais crônicos, aumentando a angústia  
33 na medida em que a situação se agrava e os hospitais atendem somente urgências e emergências. O Senhor Ministro  
34 concordou com as ponderações da conselheira e falou que a situação dos renais crônicos foi ressaltada na negociação  
35 por mais recursos. Reiterou a oportunidade do Conselho Nacional de Saúde discutir a questão e ainda comprometeu a  
36 dar seu total apoio à iniciativa. O conselheiro **Amorim** reconheceu o empenho dos Ministros da Saúde anteriores e  
37 especialmente do atual, no sentido de resolver o problema de financiamento para a Saúde. Falou da preocupação com  
38 a situação dos hospitais e perguntou porque a conversão para pagamento de serviços prestados foi feita com o valor  
39 de CR\$ 3.572,00 (Três mil, quinhentos e setenta e dois Cruzeiros Reais), já que receberam com atraso. Isto foi fruto  
40 de acordo com a Frente Parlamentar de Saúde, FENAESS, FBH, CONASS e CONASEMS. Informou que os dados  
41 técnicos poderão ser conseguidas com o Dr. Gilson Carvalho. O Senhor Ministro justificou sua necessidade de se  
42 retirar da reunião devido a compromissos, reiterando a possibilidade do Conselho se reunir de forma extraordinária,  
43 para discutir as questões emergentes apontadas por ele, e o orçamento para 1995. O Conselheiro **Dellape** pediu a  
44 palavra para relatar a reunião em que participou juntamente com representantes do Ministério da Fazenda, CONASS,  
45 CONASEMS, FBH e FENAESS, para discutir a pendência do pagamento de serviços prestados. Reuniu-se também  
46 com o Ministro da Fazenda solicitando uma solução para conseguirem sobreviver até dezembro. O Conselheiro  
47 **Kômora**, por estar participando pela primeira vez, agradeceu a todos a oportunidade de se integrar ao Conselho. A  
48 Conselheira **Zilda Arns** comentou que as discussões sobre recursos para a saúde são extensas e que justificam uma  
49 reunião extraordinária. Passou-se à Ordem do Dia: **Item 01 - QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS** - O Coordenador  
50 Geral **Nelson Seixas** apresentou o convidado, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde, Dr. Sebastião Carlos  
51 Alves Grilo, que abordou dois pontos: pagamento dos serviços do SUS e Orçamento para 1995. Apresentou o  
52 documento "Fluxo de Caixa - MS/95" concluindo que o saldo atual disponível jamais chegaria até o final do mês de  
53 outubro/94. Com relação ao orçamento de 1995, explicou que ainda não está concluído porque a área econômica do  
54 governo não divulgou o teto orçamentário até o momento. Esclareceu que a proposta do CNS terá que passar pela  
55 Junta Deliberativa observando o prazo final de trinta e um de agosto. Concluída a apresentação abriu-se para o  
56 debate. O Dr. Grilo esclareceu que incluiu pessoal ativo e inativo. O Conselheiro **Akel** sugeriu a distinção de ativos e  
57 inativos dentro do orçamento. A conselheira **Rosemary** solicitou esclarecimentos sobre o repasse de recursos  
58 referentes a serviços prestados. O Dr. Grilo esclareceu que foram repassados os recursos devidos. A Conselheira  
59 **Zilda Arns** perguntou se o orçamento inclui medicamentos básicos e o Dr. Grilo respondeu que a responsabilidade de  
60 aquisição e distribuição de medicamentos é da CEME, e que é impossível manter rede com medicamentos sem  
61 recursos para serviços. A Conselheira solicitou que registrasse em ata que a prioridade número um do orçamento  
62 deveria ser o atendimento à criança. O Assessor Elias Jorge apresentou o tema **Orçamento de 1995**. O Assessor  
63 distribuiu o documento "Arrecadação dos impostos e contribuições federais". Prestou informações dizendo que o  
64 Conselho tem proposta de orçamento clara já encaminhada ao Congresso Nacional, faltando força política para  
65 implementá-lo. O Plenário considerou a necessidade de uma campanha política e nesse sentido designou uma

1

66 comissão formada pelos conselheiros Akel, Seixas e o Assessor Elias Jorge para redigirem proposta de resolução  
67 sobre o assunto. O Dr. **Gilson Carvalho** reiterou a necessidade do Conselho atuar politicamente nesta matéria. -  
68 **COMISSÃO TRIPARTITE** - O Dr. **Gilson de Carvalho**, apresentou a posição dos repasses de recursos para o  
69 Ministério da Saúde e concluiu que antes de se tentar novas propostas deveria ser dada chance para o Sistema se  
70 firmar. Esclareceu sobre a necessidade do Conselho conversar com o Senhor Presidente da República e com os  
71 partidos políticos para garantir mais recursos para o setor. O Coordenador Geral leu os **Informes**. No seu item 14,  
72 indicação de representante para a Reunião Nacional sobre Asma. Ficou definido que a Coordenação Materno-Infantil,  
73 por ter participado do processo de discussão, iria indicar uma pessoa para representar o Conselho. **Leitura e**  
74 **Aprovação da Ata Anterior** - Foram feitas correções pelas conselheiras **Zilda Arns e Rosemary**, e aprovada com  
75 as seguintes alterações: A Conselheira Zilda perguntou sobre a segurança das camisinhas, se existem pesquisas a  
76 respeito do assunto, já que o Ministério da Saúde utiliza o termo "sexo seguro", dando a impressão de cem por cento  
77 de segurança. A Dra. Lair Guerra, Coordenador do DST/AIDS, informou que a margem de segurança do preservativo  
78 é de noventa e cinco por cento com inúmeras pesquisas no mundo inteiro sobre a eficácia do preservativo na  
79 prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, e a Saúde pública tem que usar o termo "sexo seguro" e  
80 consequentemente tratamento seguro. A conselheira Rosemary pediu que constasse que foram levantadas questões  
81 sobre quais condutas éticas eram asseguradas aos voluntários para os testes para a vacinação anti HIV: protocolos,  
82 responsabilidade sobre intercorrências, pagamento aos voluntários, garantia legal dos pesquisadores para evitar  
83 perseguições ou retaliações aos grupos de homo e bissexuais, explicações sobre dificuldade na implantação do centro  
84 de pesquisa no Estado de São Paulo; a discussão também se dirigiu para a garantia do controle de qualidade do  
85 sangue e grau de segurança da camisinha. O Conselheiro **Omilton** solicitou adiamento da Oficina de Trabalho sobre  
86 Vigilância Sanitária para outubro. O Conselheiro **Santini** registrou que a questão dos defensivos agrícolas não está  
87 sendo discutida pela Vigilância Sanitária. **Item 2 - VACINA ANTI-MENINGITE** - Convidado: Gerson Penna, que  
88 apresentou os co-relatores Darci Tavares Pinto e Helen Alves Freitas. O expositor, diretor do Centro Nacional de  
89 Epidemiologia, fez breve histórico da meningite desde 1972 até 1994. Relatou que no município do Rio de Janeiro  
90 em 1993, o número de casos da doenças aumentou sendo novamente discutido o uso da vacina. A Comissão Brasil-  
91 Cuba, para analisar o emprego da vacina foi desfeita, surgindo nova comissão que, após estudos, decidiu pelo uso da  
92 vacina em indivíduos maiores de quatro anos, observando a necessidade de reavaliação. Sugeriu audiência com o  
93 Presidente da República para apresentar a proposta. A Conselheira **Rosemary** indagou se o interesse implícito é o de  
94 reduzir o atendimento e privatizar a Saúde. O Senhor Ministro decidiu pelo uso da vacina inicialmente no estado do  
95 Rio de Janeiro, sob o controle da FIOCRUZ e só após estudos, ampliado para os outros estados. **Item 3 -**  
96 **COMISSÕES INTERSETORIAIS E TÉCNICAS - Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia** - Presente a  
97 Coordenadora, Dra. Marília Bernardes e a pesquisadora, membro da comissão, Dra. Albanita. Recomendação nº 01 -  
98 Participação da comissão nas reuniões plenárias do CNS - Aprovada, transformando-se em resolução. Recomendação  
99 nº 02 - Matérias referentes à Ciência e Tecnologia na pauta - Aprovada e transformada em resolução. Recomendação  
100 nº 03 - Pesquisas em saúde conduzidas no exterior - Após nova redação apresentada pela Coordenadora foi aprovada  
101 e transformada em resolução, englobando a Recomendação nº 04, que tinha como assunto o credenciamento de  
102 centros de pesquisa em seres humanos a Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia terá o prazo de trinta dias  
103 para apresentar propostas de alteração da Resolução nº 01/88 - CNS. A comissão proposta, constituída pela  
104 CICT/CGCDT-MS, deverá apresentar na próxima reunião plenária, proposta para credenciamento de centros de  
105 pesquisa. Moção nº 02 - Para revogar Aviso Reservado nº 07, sendo aprovada. **Comissão Técnica de Atuação**  
106 **Profissional na Área da Saúde** - Encaminhou as recomendações sem prazo possível para entrar em pauta. **Comissão**  
107 **Intersetorial de Recursos Humanos** - A Coordenadora **Joana Azevedo** estava presente, relatou e distribuiu o "  
108 Programa de Gerência para a Qualidade em Saúde". Apresentou o programa que tem como objetivo a capacitação  
109 gerencial para o SUS, através de parcerias entre gestores, conselhos de saúde e instituições formadoras, com o  
110 objetivo de buscar melhor qualidade de atenção à saúde. A expositora esclareceu que a capacitação de conselheiros se  
111 refere ao apoio às iniciativas municipais solicitantes. A Conselheira **Ana Maria** relatou que no I Encontro Nacional  
112 de Conselheiros da Saúde, as profissões ligadas à reabilitação fizeram encaminhamentos. A Dra. Joana esclareceu que  
113 o projeto engloba as profissões e que está aguardando que os conselhos e entidades encaminhem suas propostas.  
114 **Comissão Nacional de Reforma Psiquiátrica** - Recomendação nº 01 - Indicação de Coordenadora - Aprovada em  
115 forma de portaria. Recomendação nº 02 - Tornar bimestral as reuniões - Aprovada em forma de resolução.  
116 Recomendação nº 03 - Aprovar regimento interno - Aprovado por unanimidade, transformando-se em resolução.  
117 Recomendação nº 04 - Alterar o número de membros da Comissão - Aprovado, acrescentando representante da  
118 Federação Nacional das APAEs, OAB, ABONG e Entidades de Saúde dos Trabalhadores, transformando-se em  
119 resolução. **Comissão Nacional de AIDS** - O representante do CNS na comissão, Conselheiro Pedro Tauil, relatou que  
120 na primeira reunião foram discutidos os preparativos para comemoração do Dia Nacional de Luta Contra AIDS. A  
121 próxima reunião está prevista para o dia 31/08. O Coordenador Geral sugeriu que ficasse pautado para a Trigésima  
122 Nona Reunião Ordinária do CNS, informes sobre a mesma. **Mesa Nacional de Negociação** - O convidado, Dr.  
123 Afonso, relatou que a última reunião não aconteceu por falta de quorum e a próxima está agendada para 30/08 com a  
124 seguinte pauta: Situação dos atendentes de enfermagem; Agilização de portaria de nomeação dos componentes e  
125 aprovação do regimento; Implementação das mesas municipais e estaduais. O Conselheiro **Sabino** pediu a palavra  
126 para denunciar o estado de calamidade em que se encontra o setor saúde em seu estado (Alagoas). O Conselheiro  
127 **Danilo** informou que fez parte de uma comissão com o objetivo de verificar a situação vigente no estado de Alagoas.  
128 Elaboraram documento relatando os problemas políticos, falta de compromisso, corporativismo, atuação dos  
129 sindicatos, etc. que será encaminhado à Comissão Tripartite e posteriormente ao Conselho. O Conselheiro **Justino**

130 sugere alteração do nome da Comissão Nacional de Reforma Psiquiátrica para Comissão Nacional de Saúde Mental.  
131 O Plenário foi contrário ao pleito. **Item 05 - APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO PELO**  
132 **CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA** - Os  
133 convidados não compareceram, a conselheira **Zilda Arns** que é membro do Conselho justificou a ausência. **Item 06 -**  
134 **SITUAÇÃO ATUAL DP PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NO**  
135 **SUS E INFORMAÇÕES DA COORDENAÇÃO DE SAÚDE MENTAL** - A convidada, Maria de Lourdes  
136 Canziani fez um breve histórico sobre a criação da CORDE, explicando que a mesma encontra-se vinculada ao  
137 Ministério do Bem-Estar Social mas que a sua missão é supra ministerial. Trabalha com uma série de programas  
138 básicos visando a reintegração do portador de deficiência. A convidada Eliane Seidl apresentou a proposta de  
139 trabalho da Coordenação de Saúde Mental, onde é dado prioridade à Reforma Psiquiátrica. Enfatizou a mudança do  
140 modelo de assistência à saúde mental, contando com trabalho extra hospitalar e ambulatorial, assimilando novas  
141 práticas de atendimento. Mencionou também o estudo referente a direitos humanos e civis dos portadores de  
142 transtornos mentais, adequando a Lei às propostas da Reforma Psiquiátrica, reformulando as ações de sua  
143 coordenação. A convidada Sheila Miranda descreveu a situação da pessoa portadora de deficiência no âmbito do  
144 SUS, fez breve histórico relatando a situação vigente. Enfatizou a importância da prevenção e disse da dificuldade  
145 em se delimitar o campo de ação e o papel dos prestadores na assistência ao deficiente. Reconheceu uma evolução de  
146 forma não paternalista pelo Ministério da Saúde, principalmente em relação a órtese e à prótese. Enfatizou ainda, a  
147 necessidade de se trabalhar de forma articulada com os setores envolvidos. **Item 08 - RELATÓRIO DA**  
148 **COMISSÃO DE PROBLEMA DA UNICAMP - Voluntários para pesquisa do Departamento de Farmacologia** -  
149 O relator, ex-conselheiro **Carlini**, como representante do CNS, apresentou o parecer elaborado pela Comissão  
150 designada pelo CNS composta por: Dr. Adib Jatene, da Academia Nacional de Medicina, Osvaldo Luiz Ramos, da  
151 AMB, Nelsivone Soares de Melo, do CFM e Walderez Monteiro Tomaini do PROCON-SP, respondendo os quesitos  
152 do Senhor Promotor, Dr. José Roberto Albejante, nas questões referentes a: valor da indenização associada à  
153 ocupação do voluntário, comprovação das despesas efetuadas, valor calculado em relação à Resolução CNS-01/88 e  
154 ainda, remuneração como atrativo à população carente. A resposta do parecer revelou que o centro de pesquisa não  
155 está desacatando a Lei, e quem deverá deliberar sobre o assunto é o comitê de ética de cada instituição da  
156 comunidade onde estão inseridos os voluntários. O parecer foi aprovado pelo Plenário por unanimidade. O  
157 Coordenador Geral aproveitou a oportunidade para solicitar colaborações para agilizar o processo de credenciamento  
158 de centros de pesquisa. Em seguida foi lido o documento "Manifestação do Conselho Nacional de Saúde à Sociedade  
159 - Violência à saúde - Sofrimento e morte do povo brasileiro", encaminhado para aprovação. O Plenário desaprovou o  
160 manifesto. **Item 04 - CONFERÊNCIAS NACIONAIS ESPECÍFICAS** - II Conferência Nacional de Saúde dos  
161 Povos Indígenas - A relatora, conselheira **Rosemary**, apresentou o relatório final, sendo aprovado na íntegra e  
162 solicitou que fosse encaminhado à CISI. **Item 10 - APRECIAÇÃO DE PEDIDOS DE ABERTURA DE CURSOS**  
163 **SUPERIORES DA ÁREA DA SAÚDE** - O conselheiro **Rodolfo** apresentou seu **parecer favorável** à abertura do  
164 Curso de Ciências Biológicas da Associação São Bento de Ensino de Araraquara-SP, sendo o parecer aprovado pelo  
165 Plenário, deferindo-se o curso. O conselheiro **Seixas** apresentou seu **parecer favorável** à abertura do Curso de  
166 Farmácia e Bioquímica do Instituto Americano de Lins da Igreja Metodista, sendo aprovado pelo Plenário, deferindo-se  
167 o curso. O relator fez alterações no parecer no que se referiu à carreira de sanitarista de São Paulo. Houve uma  
168 polêmica concernente à publicação do Jornal O Estado de São Paulo sobre o Conselho Federal de Educação. O  
169 Plenário discutiu as questões e manteve a avaliação dos cursos que já haviam dado entrada neste Conselho. O  
170 conselheiro **Seixas** apresentou ainda o **parecer contrário** à abertura do Curso de Farmácia e Bioquímica do Instituto  
171 Treze de Junho, de Adamantina-SP, o qual foi aprovado pelo Plenário, indeferindo o curso. O conselheiro **Justino**  
172 fez a visita e aguarda informações complementares para confecção do parecer sobre abertura do Curso de Educação  
173 Física do Centro Ivaiporãense de Ensino e Cultura-PR. O conselheiro **Justino** apresentou seu **parecer contrário** do  
174 processo de abertura do Curso de Fisioterapia do Instituto Cultural e Educacional de Medianeira-PR, devido o  
175 endereço constante do processo ser desconhecido e correspondência ter ficado sem resposta. A entidade é  
176 desconhecida pelos moradores da cidade. A decisão do Plenário foi favorável ao parecer sendo indeferido o curso  
177 arquivando-se o processo. A conselheira **Albaneide** apresentou seu **parecer contrário** à abertura do Curso de Nutrição  
178 da Associação Educacional Frei das Mercês, sendo aprovado pelo Plenário, indeferindo o curso. Apresentou  
179 ainda o **parecer contrário com arquivamento** do processo de abertura do Curso de Nutrição do Centro Agronômico  
180 e Pesquisa de Pindamonhangaba. O Plenário aprovou o parecer, indeferindo o curso. A conselheira **Albaneide**  
181 apresentou o **parecer contrário** à abertura do Curso de Fonoaudiologia da Associação Educacional de Ribeirão  
182 Preto-SP, pelo fato de a mantenedora não existir. O Plenário aprovou o parecer e pelo **arquivamento** do processo.  
183 Apresentou também o **parecer contrário** à abertura do Curso de Fonoaudiologia da Sociedade de São Luiz Ltda.,  
184 devido a Sociedade ser "Limitada". O Plenário aprovou o parecer indeferindo o curso. A conselheira **Albaneide** disse  
185 que não recebeu o processo de pedido de abertura do Curso de Nutrição da Associação de Ensino Superior do Centro-  
186 Oeste. O Plenário decidiu pelo **adiamento** da apreciação do pedido. Apresentou também o **parecer contrário** à  
187 abertura do Curso de Fonoaudiologia da Associação Educacional de Ribeirão Preto-SP, por não cumprir seu papel  
188 social. O Plenário aprovou o parecer, indeferindo o curso. A conselheira apresentou ainda o **parecer contrário** à  
189 abertura do Curso de Fonoaudiologia da Associação Educacional Zona Norte, sendo aprovado pelo Plenário,  
190 indeferindo o curso. Apresentou também seu **parecer contrário** à abertura do Curso de Fonoaudiologia do Instituto  
191 Anchieta de Ensino - SP, aprovado pelo Plenário, sendo indeferido o curso. O Conselheiro **Eurípedes** apresentou seu  
192 **parecer contrário** à abertura do Curso de Educação Física da Sociedade Educacional Metropolitana-MT -  
193 UNIRONDON, sendo aprovado pelo Plenário, indeferindo o curso. Apresentou ainda seu **parecer contrário** à

3

194 abertura do Curso de Farmácia e Bioquímica, também da Sociedade Educacional Metropolitana - MT. O Plenário  
 195 aprovou o parecer, indeferindo o curso. O conselheiro apresentou também seu **parecer contrário** à abertura do  
 196 Curso de Educação Física do Centro Cuiabano de Educação e Cultura-MT. O Plenário aprovou o parecer, indeferindo  
 197 o curso. Apresentou ainda seu **parecer contrário** à abertura do Curso de Educação Física do Centro de Ensino  
 198 Superior e Pesquisa de Mirasol D'Oeste, sendo aprovado pelo Plenário, indeferindo o curso. A conselheira **Albaneide**  
 199 pediu novamente a palavra para apresentar seu **parecer contrário** à abertura do Curso de Fisioterapia da União da  
 200 Associação Educacional Sul Matogrossense-MS, sendo aprovado pelo Plenário, indeferindo o curso. Apresentou  
 201 ainda seu **parecer contrário** à abertura do Curso de Fisioterapia da Associação de Ensino Marechal Cândido Rondon  
 202 - Araçatuba - SP. O Plenário aprovou o parecer, indeferindo o curso. A conselheira pediu **adiamento** da apreciação  
 203 do pedido de abertura do Curso de Naturopatia. O Plenário decidiu que fosse encaminhado às comissões CIRH,  
 204 CT/APAS e CTIT visando parecer. A conselheira apresentou também seu **parecer favorável** à abertura do Curso de  
 205 Educação Física da União da Associação Educacional Sul-matogrossense. O Plenário aprovou o parecer, sendo  
 206 deferido o curso. O conselheiro **Eurípedes** solicitou a palavra para comunicar sua saída do Conselho Nacional de  
 207 Saúde. Informou também que os processos de cursos ainda pendentes encontravam-se com o seu suplente Dr. Ivan de  
 208 Moura Fé. Também encaminhou proposta de resolução sobre a inclusão do módulo de Medicina Preventiva e Social,  
 209 só no internato como na graduação em Medicina. O plenário aprovou na íntegra o texto. Terminou sua fala,  
 210 despedindo-se do Plenário. O Coordenador Geral agradeceu a importante participação do conselheiro, e comentou  
 211 que a saída se deu em função da necessária rotatividade de representação da entidade. **Item 09 - PEDIDO DE**  
**212 RECONSIDERAÇÃO DO INDEFERIMENTO DO CURSO DE ODONTOLOGIA DA FUNORTE** - O  
 213 conselheiro **Amorim** apresentou **parecer favorável** à abertura do curso, informando que o Conselho Estadual de  
 214 Saúde/MG e o Conselho Municipal de Saúde de Montes Claros posicionaram-se favoráveis ao pleito. A discussão no  
 215 Plenário foi polêmica, polarizada em duas posições: aprovação imediata do pleito e adiamento para a próxima  
 216 reunião com a presença do conselheiro que emitiu parecer contrário ao Pleito. A conselheira **Laura** solicitou pedido  
 217 de vistas e o Plenário não aprovou, porque já tinha pedido de vistas e se tratava do mesmo processo. Colocou-se em  
 218 votação em dois tempos: primeira votação - sendo aprovado o julgamento imediato. No segundo tempo, estava em  
 219 votação o parecer do conselheiro relator, sendo **aprovado**, e assim, **deferido** o curso. O conselheiro **Cármino**  
 220 registrou sua insatisfação por não estar presente à reunião quando se discutiu o tema sobre a vacina contra meningite,  
 221 pois sua posição e da SES/SP são contrárias à aplicação da vacina. Foram discutidas as propostas de Resoluções 124 e  
 222 125 do CNS. A Resolução 124 foi aprovada da seguinte forma: os itens 01 e 02 da proposta em forma de resolução e  
 223 o item 03 como Requerimento de Informações. A que seria Resolução 125 foi transformada em Moção dirigida ao  
 224 Presidente da República. Finalizando a reunião, o Coordenador Geral pediu sugestões para a pauta da próxima  
 225 reunião ordinária, sendo indicado os tempos: - Gerenciamento de Unidades de Saúde, tendo como convidado o  
 226 Sindicato dos Médicos de São Paulo - Programa de Sangue, tendo como convidado o Dr. Dalton Chamon - Programa  
 227 de Renda Mínima: Incorporação ao SUS do Programa de Saúde da Criança, Adolescente e Mulher na Informatização;  
 228 Critérios para autorização de cursos de ensino superior; Sistema de avaliação das necessidades sociais e  
 229 desdobramentos; Comercialização de medicamentos; Epidemiologia da Hansenise; - Planejamento da eliminação da  
 230 hansenise, tendo como convidado o Dr. Gerson Fernando Mendes; Orçamento de 1995. O Coordenador Geral deu  
 231 por encerrada a reunião. Estiveram presentes os conselheiros: **Ana Maria Lima Barbosa, Albaneide Maria Lima**  
**232 Peixinho, Antônio Mendes, Antonio Sabino dos Santos, Arlindo Fábio Gómez de Sousa, Artur Custódio**  
**233 Moreira de Sousa, Augusto Alves de Amorim, Carlos Kômora Vieira, Danilo Lins Cordeiro Campos, Edmundo**  
**234 Juarez, Ernani Vitorino Aboim, Eurípedes Balsanufo Carvalho, Francisco Ubiratam Dellape Gilson de Cássia**  
**235 Marques de Carvalho, José Carlos Seixas, José Justino Alves Pereira, Juan Vicente Santini, Leny May da**  
**236 Silva Campelo, Omilton Visconde, Ricardo Akel, Rodolfo Joaquim P. da Luz, Rosemary Lumena Berol da**  
**237 Costa, Zilda Arns Neumann, e os suplentes: Vitalina J. Batista D. da Silva, Valter Chaves Costa e Jófilo**  
**238 Moreira Lima Júnior.**

239

240

241

242

243

244

245

246

**Ata da Trigésima Oitava Reunião Ordinária do  
 Conselho Nacional de Saúde**

**Aprovada**